

A RESISTÊNCIA PROPAGADA PELA REPETIÇÃO/CONTRADIÇÃO DO DISCURSO “ONDE FOI QUE EU ERREI” DAS REPRESENTANTES LEGAIS DOS ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Maria de Fátima Pereira de Sena (UEM)

Resumo

Este trabalho tematiza a imagem de si das mulheres que discursivizam no lugar social da socioeducação a partir da posição-sujeito de representantes de adolescentes infratores, sejam mães, avós ou companheiras. Vozes que contam suas histórias de vida na relação com o adolescente infrator e com o sistema socioeducativo em que ele está inserido. Com o suporte teórico da Análise de Discurso de linha francesa (AD) descrevemos um conjunto de relações que afetam os sujeitos e os sentidos. Tendo a noção de formação imaginária como fio condutor das análises, mobilizamos outras categorias da AD para descrever os funcionamentos discursivos em que a mulher se significa, mostrando como nas imagens projetadas a partir das relações imaginárias entre o sujeito mulher, e os referentes de seus discursos: (R1) o adolescente; (R2) a socioeducação a questão da culpabilização se mostra nos equívocos da língua.

Palavras-chave: Posição-sujeito; Mulheres; Socioeducação; Resistência; Formação Imaginária.

THE RESISTANCE PROPAGATED BY THE REPEAT / CONTRADICTION OF THE SPEECH “WHERE I WRONG” OF THE LEGAL REPRESENTATIVES OF ADOLESCENTS FULFILLING SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES

Abstract

This work focuses on the image of the self of women who discursive in the social place of socio-education from the subject-position of representatives of adolescent offenders, whether mothers, grandparents or companions. Voices that tell their life stories in their relationship with the offending adolescent and the socio-educational system in which they are inserted. With the theoretical support of the Discourse Analysis of the French line (AD) we describe a set of relationships that affect the subjects and the senses. Having the notion of imaginary formation as the guiding thread of the analyzes, we mobilized other categories of AD to describe the discursive functioning in which the woman is meant, showing how in the images projected from the imaginary relations between the subject woman, and the referents of her speeches: (R1) the teenager; (R2) socio-education the question of blame is shown in the mistakes of the language.

Keywords: Subject-position. Women. Socio-education. Resistance. Imaginary Formation.

Este texto é parte da tese¹ de doutorado apresentado à Universidade Estadual de Maringá, no ano de 2019, em que analisamos os dizeres dos sujeitos mulheres inscritos como representante/responsáveis pelo adolescente em privação de liberdade. Fizemos a transcrição de 25² entrevistas semiestruturadas (19 mães, 5 avós e 1 namorada, totalizando 1047 minutos) junto às visitas de fim de semana, no Centro de Socioeducação de Maringá (Cense), a fim de construir um *corpus* que nos fizesse compreender se nas imagens de si dessas mulheres haveria ou não uma identificação com o sentimento de “mea-culpa” que, de modo geral, o senso comum atribui aos responsáveis pelo adolescente infrator. A justificativa para a escolha do sujeito ser a mulher se deu devido à constatação de que mais de 90% dos que assumem legalmente a representatividade e a responsabilidade pelo adolescente privado de liberdade é do gênero feminino.

Utilizamos como aporte teórico os estudos sobre formação imaginária de Pêcheux (1997). A apresentação dos resultados se dá pelos efeitos de sentido descritos sob os funcionamentos (inter)discursivos dessas mulheres, as quais produzem imagens a partir de dois pontos principais da formação imaginária pecheutiana: o locutor (polo A) e o interlocutor (polo B), sobre o principal referente: (R1) o adolescente. Arrolados a ele, analisamos outro referente, que aparece de forma regular e interligada às narrativas: (R2), que ora aparece nas normas estabelecidas pela socioeducação, ora na figura da instituição Cense – Centro de Socioeducação de Maringá.

Separamos as SDs em que a posição-sujeito discursiviza a partir de um pré-construído. O sentido se torna visível pelo consenso social estabilizado de que se o adolescente está privado de sua liberdade é preciso culpar alguém. Colocado na posição de representante/responsável pelo adolescente, avoca o sentido e o repete de forma inconsciente, mas a repetição não significa, de fato, a aceitação de sua culpabilização.

Em Orlandi (2015) vimos que o sujeito, quando fala, está em processo de plena atividade interpretativa, realizando atos no domínio do simbólico que intervém no real do sentido, mas tem a ilusão de que esse processo é transparente. O que ocorre é que a ideologia trabalha para que haja o esquecimento de que as palavras não possuem sentidos prévios e que os sentidos podem ser múltiplos. Cabe, portanto, analisarmos os discursos

¹ SENNA, Maria de Fátima Pereira de. (Não) “é mea culpa”: efeitos de sentido e produção de imagens em discursos de mulheres-mães responsáveis legais de adolescentes em privação de liberdade. Tese de doutorado – PLE – Maringá, 2019.

² As entrevistas foram respondidas pelas mulheres responsáveis e visitantes dos adolescentes. Projeto apresentado ao Comitê de ética CAAE e aprovado sob o nº 70307517.2.0000.0104 em 19/06/2017.

das narrativas sob o foco da complexidade oferecida pela língua e pela história. Nesse sentido, procuramos compreender os processos de significação produzidos pelas mulheres ao fazer as interpretações da realidade que as cercam.

Das idas e vindas ao corpus, percebemos um funcionamento discursivo regular: a recorrência da produção de efeito de sentido da culpabilização. Para refletir sobre o modo de produção desse efeito de sentido, ancoramo-nos nos trabalhos de Paul Henry, apresentado por Pêcheux (1999) sobre a identificação do sujeito na designação do pré-construído anteriormente e exteriormente, o qual circula sem discussão, que está imposto, dado como certo, como transparente que é a referência à qual a mulher na posição-sujeito responsável pela educação dos seus seja a culpada pelos atos que esses cometem. Isto é, é ela quem falha, quem erra. Observamos também que os dizeres são filiados aos saberes da FD maternal, a posição sujeito mulher/mãe se mostra com as características que essa FD permite aos que a ela se identificam: mãe carinhosa, bondosa, amorosa, preocupada, justa, conselheira, persistente, dedicada, batalhadora, agradecida. Assim como, ao mesmo tempo, é impotente, sofrida, violentada, triste, inconformada, desolada.

Em nosso corpus, é possível olhar para as narrativas das mulheres e observar o efeito de sentido da culpabilização cristalizado pelos atos dos filhos/netos. Entretanto, o processo de desidentificação vai sendo construído pelo deslize, pela falha, pela falta.

Ao se mostrar, o sujeito também se esconde, [...] é impossível vê-lo por inteiro. O ideal da visibilidade, procurado pelos comportamentalistas, está fadado ao fracasso, pois por mais que se busque um modelo pronto, mensurável, restará sempre a “falta”. (LAGAZZI, 1988, p. 35).

Como nosso objetivo é mostrar que, pelo processo das formações imaginárias pecheutianas, ocorre um jogo de representações no funcionamento discursivo, no primeiro momento da análise, observamos que, sob o efeito de sentido construído pela memória discursiva da culpabilização, a imagem que (A) faz de si é de um sujeito mulher submisso, dependente, impotente, em relação às atitudes cometidas pelo adolescente (R1 – ADL), imagens ligadas a FD maternal de que ser mãe “é sofrer no paraíso”. Entretanto, repetir o que a memória social lhe impõe, não a impede de lutar com os sentidos estabelecidos. Para Lagazzi (1988), a luta do sujeito é sempre na tentativa de manter a falta a qual permite ao sujeito estabelecer uma relação com o mundo.

“Onde foi que eu errei”. A batida que entoa sentidos

O sujeito mulher na posição mãe/avó, ao repetir/reproduzir que são culpadas pelos atos que levaram o adolescente à privação de liberdade, marca a imagem que faz de si como sujeito submisso e impotente, ao mesmo tempo em que, pelo equívoco da língua, percebe-se o desejo de não sê-lo. Para analisar as SDs a seguir, nos respaldamos nos recortes que apresentam a imagem (I) que a representante legal do adolescente (A) formula sobre o **adolescente** (R1 – ADL), observando o seu envolto, que é a **socioeducação** (R2 – SE). Iniciamos pela SD (1), em que Márcia³ (A1) elenca suas ações sócio-históricas, mas retorna ao referente ADL (R1):

SD (1) MÁRCIA-(A1): Eu conheci o pai do (M...) aí a gente começô a convivê junto, aí fomo morá junto, aí tive outro filho, aí parei de estudá. Ele não, não deixava, que ele (o companheiro) era usuário né. Aí ele não deixava **eu** (silêncio), brigava muito **comigo, me** batia não deixava **eu** trabalhá. Aí **eu** parei de estudá, aí **eu** fiquei naquele mundo assim fechado, entendeu? esses 10 anos aí foi aonde **eu** parei de estudá e não fui (...). **eu** não enfrentei como divia. **Eu** não tive força. (...) Sempre falo pro (M) que ele tem de ser diferente de mim, não pode deixa que nem eu, não fiz nada (...) tem que estudá, falo pra ele.

No jogo de imagem de si, o qual Márcia (A1) constrói na SD (1), temos um sujeito mulher marcado pela violência doméstica, cujas consequências a levam a desistir dos seus desejos de estudar e de trabalhar, de viver em um mundo não fechado ao espaço doméstico. Ela reconhece a falta de força para enfrentar a situação em que se encontra. O senso comum da culpabilização está envolto à resistência. Há uma briga entre o poder da repetição de aceitar a culpa e a habilidade do sujeito em não aceitá-la.

A repetição dos pronomes “eu”, “comigo”, “me” e a forma elíptica presente na construção da primeira pessoa verbal mostra, ao mesmo tempo, um sujeito que trava uma luta interior em não acatar a imposição social da culpa. Argumenta a favor da não aceitação à ausência de força por não enfrentar a violência doméstica. Há nessa construção um efeito de sentido cristalizado pela memória social de que a pessoa que “aceita” a violência doméstica é fraca. É a imagem constituída pelo pré-construído de que a mulher

³ Durante a transcrição, optamos por dar nomes fictícios às entrevistadas. As avós foram nomeadas com a primeira letra do alfabeto (A); as mães receberam nomes iniciados com a letra (M). E os adolescentes, caso fossem mencionados no momento da conversa, foram substituídos pela letra inicial do nome, dentro de um parêntese, seguidos por três pontos.

pode e deve simplesmente não aceitar a violência; é como se fosse apenas extrair de si uma força interior que toda mulher “forte” possui, assim não seria mais violentada. Ao repetir o estabilizado, ou seja, o sentido de que é um sujeito fraco: “Eu não enfrentei como devia” e “Eu não tive força”, Márcia (A1) formula, para o jogo de imagens, argumentos de que ela não é culpada pela privação de liberdade do adolescente, e sim sua fraqueza, sua impotência atrelada ao esgotamento da violência doméstica pela qual padece, e não consegue reverter. Vimos que Pêcheux (2014) afirmava que os traços do inconsciente não são jamais apagados ou esquecidos; assim, no fio do discurso de Márcia, aparece seu desejo, o que ela sente falta e é essa falta que a faz resistir. Para ela, fechar-se em seu mundo é uma característica de quem sofre física e psicologicamente a violência e nada pode fazer. É a dor do corpo e da alma laborando o confronto entre o estabilizado e a recusa.

Na análise da SD (2) encontramos o sujeito na posição de representante legal na figura da avó, identificada na FD maternal, como a acolhedora e preocupada:

SD (2) ADÉLIA-(A2): Chegava tarde e acabava dormindo na rede que tem assim na varandinha, às vezes dormia ali num cantinho perto da dispensa ali. Quando **eu** via que tava frio, às vezes, **eu** acudia, trazia pra dentro, né. Mas, às vezes **eu** não via, quando **eu** percebia já era manhã. E foi assim. Veio morá **comigo** (...) não teve uma conversa assim de mãe pra filho, nem de pai, né, porque eles só... condenava, né, só condenava. (silêncio). Rara, Raramente. (silêncio) **Eu** perguntava se queria fazê um tratamento. **Eles: -tratá do quê?** (...), eles acha que isso não é doença, né, que não precisa de tratamento. **Eu** mesmo perguntei quando ele tava morando aqui **comigo**. Desde, desde abril que ele está morando aqui, num quatinho assim fora. E, ele dizia pra **mim** que não tem doença. **Eu** não insistia. Casa pequena, ficava lá fora. Os pai não queria. Tudo errado. Em casa, era pra fora, se sentia, talvez, um cachorro sem dono. (choro).

Adélia (A2) assume a representatividade jurídica do neto já que os pais o “condenam”. Mas se mostra como sujeito que não possui argumentos que façam a família e o neto mudarem de opinião, porque não acreditam em algo que para ela é verdadeiro: a possível doença do neto. A submissão diante dessa constatação é verbalizada com a expressão “Eu não insistia”. Como se ela tivesse o dever de insistir e, caso o fizesse daria certo, eles, os pais, iriam dar assistência à saúde ao filho. Usa o termo “Tudo errado” para acusar os pais do adolescente do erro, mas o pronome “tudo” a inclui nessa acusação. É a marca da aceitação do que está cristalizado pela memória discursiva. Entra no jogo do pré-estabelecido, assume também a culpa, já que o adolescente, em sua casa (que é pequena), fica para fora. Enquanto sujeito desejante de acolher o neto para dentro de sua casa ela se depara com o real de suas condições: só pode lhe dar um quatinho lá fora e assim deixar o

neto dormir num cantinho perto da despensa, é o mesmo que considerá-lo um “cachorro sem dono”, é como se ela também tivesse abandonando o neto uma vez que não pode oferecer estrutura adequada para ele.

Esse equívoco entre o dentro (acolhido) e o fora (abandonado) significa, ao mesmo tempo, o desejo da avó e a impossibilidade de sua realização. Por isso, o argumento de que a casa é pequena é uma forma de resistir e de se desvincular da culpa. É nesse ponto que o sujeito entra no ringue e se arma contra o pré-estabilizado. Ao descrever a estrutura física da casa onde mora, atribui a culpa à condição econômica a qual está submetida.

No jogo discursivo pecheutiano, a imagem que Adélia (A1) faz de si é de uma mulher marcada pela impotência emocional por não conseguir convencer as pessoas sobre a necessidade de o neto fazer um tratamento e pela impotência econômica, por não ter como acomodá-lo dignamente dentro de sua casa. É na construção dessa proposição que se mostra a resistência da não aceitação da culpa. É a linguagem se marcando no equívoco, no polissêmico, no contraditório, lembrando que a contradição, no viés marxista do discurso, não entra no nível da disjunção lógica (ser ou não ser culpada) e, portanto, ela não aponta apenas para um sentido, mas para dois ao mesmo tempo, dividindo o sujeito entre a aceitação da culpa e a vontade de recusá-la/justificá-la.

Temos na SD (3), Maitê (A3) relatando que trabalhou em dois lugares para comprar roupas ao filho, para que ele pudesse andar “bonito, bem vestido”, mas todo esforço fora em vão; ela sente que ainda foi pouco, que poderia ter feito mais para ser considerada, por ele, uma “boa” mãe, manifestando seu desejo por reconhecimento da parte do filho.

SD (3) MAITÊ-(A3): Dei mamá pra ele até os dois anos de idade. Ele mamô no **meu peito**, mamô, **eu** ia trabaiá , **voltava**, ele mamava. Sei lá, o (R...) é o que **eu** tenho assim... Mãe ama todos, mas ele é o mais sei lá, não sei. (...) o (R...) no começo, me deu traibaio. Era pior que os outro sempre. **Eu** buscava ele no lugá de traficante, na casa de traficante, **eu** buscava na delegacia, tudo, aí **os policiais falava**: “- **nossa que tristeza, um menino tão bonito, bem vestido**”, que as calças do (R...), quando **eu** trabaiava lá, tinha que trabaiá, **eu** trabaiava de segunda a sábado na (nome da empresa) e no domingo **eu** prestava serviço no (nome do comércio) perto de casa, tudo pra mantê a roupa pra ele. Era em dois serviço, trabaiava registrada lá, na confeitaria, depois no domingo trabalhava no açougue lá de balconista. **As pessoa falava**: - **Não dá pra acreditá**. Mas **acho** que tinha que tê feito mais ainda. Sempre **fico** pensano será que **eu** fui memo uma boa mãe? As vez é **a gente** que acha, só. Eles não.

Nesse processo discursivo, o sentido da culpabilização está manifestado pelo funcionamento pronominal no uso do “eu” e “a gente acha que é boa mãe” em oposição ao pronome “eles” [adolescentes – filhos] “não acham [a gente boa mãe]”. A narrativa sobre

os dois empregos constrói, pelo jogo imaginário, a posição-sujeito de mãe dedicada, trabalhadora, batalhadora, mas que nem assim apaga a construção da imagem de que é a mãe que não fez tudo o que podia fazer ao filho para que ele a considerasse boa mãe e não viesse parar no sistema socioeducativo; o que está em jogo é a imagem do sujeito que não seria boa o suficiente e, portanto, culpada pela situação do filho infrator.

A desconstrução dessa imagem, no entanto, é justamente o efeito de sentido da submissão, aliado ao sentido da impotência por ter feito de tudo para que o adolescente não estivesse em privação de liberdade, por ter se esforçado economicamente (arranjar dois empregos, usar os ganhos com ele), além de ter se submetido a amamentá-lo até dois anos de idade, a amá-lo sempre, mesmo sendo “pior” que os outros: “me deu trabalho”, “eu buscava ele no lugar de traficante, na casa de traficante, na delegacia”. É na enumeração dos seus esforços que o sujeito se mostra lutando/resistindo contra a responsabilidade apontada pelo senso comum.

O discurso de Mariana na SD (4), a princípio, é de recusa do ônus que lhe é imposto, mas em seguida repete o pré-construído de que a responsabilidade é sua:

SD (4) Mariana (A4): É, quando **eu** descobri mesmo a minha vida virô assim, não tem como explicá, **eu** não conseguia trabalhá, **eu** só chorava, porque tinha até deixado de trabalhá para vê **se endireitava** ele. **Eu** não sabia o que fazê mais com esse menino. **Fiz de tudo** que a senhora imaginá. Não **sei** o que aconteceu. Não sei onde **eu** perdi meu menino. (choro).

A recusa da não aceitação da culpa se relaciona ao estado de desnorteamento de Mariana (A4), afinal, ela fez “de tudo”. Até abdicou de sua profissão - “tinha deixado de trabalhá” - no intuito de ver se conseguia fazer o filho não seguir o caminho da infração, mas não sabe o que aconteceu, perdeu-se no trajeto e isso fez com que perdesse também o adolescente. Ter o filho na socioeducação é perdê-lo, por isso ela “só chora”, e não consegue mais trabalhar. É a imagem da mãe sem rumo, desorientada com a situação em que se encontra. A socioeducação se constitui em lugar da desesperança, em território do abominável, da perdição, do extravio do que não é direito - “vê se endireitava ele” - não em lugar de ressocialização. É a luta cotidiana estabelecida entre o sujeito e o Estado. Não aceitar a coerção imposta pela instituição estatal é também lhe impor uma coerção. O estado - na figura do Cense - é visto por ela como aquele que falha, que não “endireita”, que não cumpre com o seu dever. Para Mariana (A4), a socioeducação é o caos em que ela se encontra. Seu desejo é transformar a educação dada ao filho, mas tê-lo no sistema estatal

socioeducativo é o real, então ela, em contraposição, sofre (só choro), porque não aceita sua falta. O sofrimento e o abdicar de sua vida (deixar de trabalhar) marcam a forma de resistência em aceitar a culpa e ao mesmo tempo recusá-la, no entanto, também é a forma de dizer que tem certeza de que o Estado não fará diferente, porque já se constitui em lugar, em espaço de “perdição” (...eu perdi meu menino).

Na SD (5) temos Amélia travando uma luta com o destino por duas vezes consecutivas:

SD (5) AMÉLIA-(A5): Porque lá em casa a gente não dava trégua pro (F...), né. A gente já imaginava que podia dá nisso, porque a fia..., filho de peixe, meu marido não dava trégua. Levava ele, até uma certa idade, ele levava e eu ia buscá por causa de .. né? Esse movimento de escola de droga. E terminô. Nós segurô, segurô e vazô... Nos cuidô, e... (choro).

Pesquisadora: Por que você disse que é filho de peixe?

AMÉLIA (A5): Porque nós têm a fia (silêncio), a mãe dele, do (F...), é usuária de drogas desde adolescência. Fugiu de casa, ainda tava no ginásio, e foi morá na rua com o outro, que é o pai. Tudo também usuário. (silêncio). Então, que nem eu tava falano, quando ela engravidô, voltô para casa (...) o (F...) nasceu, mamô uns dois, três, não lembro, mas acho que mamô poquim. Deixô o menino comigo e voltô pra rua. Mudô de cidade. Diz que é para não envergonhá nós, o fio. Passa anos sem vim vê ele, vê a família, vê a mãe. Ficou presa em Curitiba por tempo, saiu e voltô nas rua. O pai dela já desistiu, Já fiz de tudo: bati, perdoei, depois expulsei, já coloquemu em casa de recuperação, internamu em clínica psiquiátrica. Tudo. Agora, ele desistiu (choro). Agora, não acredita que (silêncio), em nada, acha que o (F...) não vai se recuperar. Para ele, é um fardo que nós tem que carregá. (choro).

Pesquisadora: E você concorda com ele? Acha que é um fardo?

AMÉLIA-(A5): Às vez, tem hora que acho. Mas me pergunto o que fiz de errado pra Deus (silêncio). Para eu tê que passá por isso, duas vez, duas vez. Os dois (choro).

No jogo de imagem formulada por Amélia (A5) vemos que ela desejava um futuro diferente da filha para o neto, por isso o segurava, não dava trégua. Mas todos esses cuidados “vazô”, não adiantaram. Essa impossibilidade marca a culpa. Temos a recusa da aceitação do que lhe é imposto através de dois efeitos de sentidos: a impotência e o abandono. Ao discursivizar, a posição-sujeito avó se afasta da culpabilização ao se mostrar marcada pelos “castigos de Deus”, como ela mesma denomina, por ter cometido algo de errado que ela não sabe o que é. Quando a filha se viciou em drogas, ainda na adolescência, tomou todas as atitudes que ela poderia ter tomado, desde surrá-la até a decisão de tratamentos clínicos. Todas as ações não resultaram em reversão de atitude da adolescente. É a marca da impotência diante da situação. Se aceitasse como natural às atitudes da filha, não teria feito nada, mas fez de tudo. Somando-se a isso, esse sujeito ainda descreve a marca da impotência no fato de educar o neto e também não se considerar eficiente nessa educação, mesmo com todas as providências que tomou. Assim, o sujeito

Amélia (A5) se mostra dividido e constitui-se em um sujeito cheio de desesperança, sozinho – “agora, ele desistiu”. O esposo a ajudava com o neto “ele levava e **eu** ia buscá”. Embora ele tenha desistido, ela não pode desistir, porque o neto foi deixado para ela – “deixô o meninu comigo”. Não é com a família, ou conosco, é “comigo”. Logo, é sua função, é sua obrigação cuidar dele. A imagem de um sujeito “sozinho” é forte nessa SD, além de ter que se responsabilizar e representar juridicamente o neto, já que o esposo “desistiu”, a filha também a deixou “passa anos sem vim vê ele, vê a família, vê a mãe”. O esposo a abandonou na tarefa de cuidar do neto, e a filha também. Há uma gradação crescente no efeito de sentido do abandono da filha, parece-nos mais significativo esse abandonar da filha. Amélia (A5) poderia ter usado o termo família e isso já a incluiria, assim como ao esposo e ao filho/neto. Mas ela marca esse efeito de sentido pela gradação. Sua filha não só abandonou ao filho, à família, mas a ela – à mãe. Parece-nos que é necessário deixar isso devidamente registrado. É a dor do abandono depois de ter feito tudo o que fez e não receber, ao menos, a visita da filha. A construção da imagem de uma mulher abandonada, cansada, castigada é a força motriz para não aceitar que a culpa é sua, pois afirma: “já fiz de tudo”, até questionar o que ela considera desígnios de Deus “o que eu fiz de errado [...] para eu tê que passá por isso, duas vez. Os dois”. O questionamento, mesmo dirigido a Deus, também se constitui no efeito de sentido da não aceitação da culpa. O desejo de Amélia era não ter o neto cumprindo medida de privação de liberdade, isso a libertaria da suposta “culpa de ter errado com a filha”, mostraria à sociedade que não era ela a culpada pela filha levar a vida que leva “nas ruas”. As drogas seriam a marca de sua resistência, caso o neto não estivesse no Cense; como ele está, Amélia busca outra forma de resistir: os desígnios de Deus. Apega-se à decisão divina para resistir à culpa que lhe é imposta.

Manuela (A6) é um sujeito desejante de independência financeira, de estar presente e não abandonar os filhos infratores⁴, observamos a SD (6):

SD (6) MANUELA-(A6): Então, **eu** acho que tê seu dinheiro é muito bom, é, do que depende dos outro. Mas a minha, minha família, a família do meu marido eles ajuda muito a gente, sabe. E pra **mim** ficá mais presente agora com eles. (...) Dia de quarta, às vezes, tem uma coisa, tem uma reunião aqui, como teve várias né, que **eu** quero tá sempre presente, pra sabê que a **gente** é presente. Nunca **eu** vou abandoná eles. Mas eles sabe que dependo dos outro. **Fico** triste de não sê melhô, não tê feito coisa melhô pro **meus** filho vê que a **mãe deles** taria aqui ... sem dependê di ninguém.

⁴ Manuela tem dois filhos cumprindo medida de privação de liberdade pelo mesmo ato infracional.

O jogo de imagem estabelecido no discurso de Manuela (A6) em relação à resistência da não aceitação da culpabilidade é centrado na ausência de independência financeira em relação à família. É o desejo materializado na falta. A imagem que (A6) faz de si constrói o sentido de uma mulher dependente, que não é autossuficiente, por não poder fazer o melhor aos filhos, porque depende dos outros. Sua imagem atrela-se a um sentimento de tristeza em não poder mostrar aos filhos uma situação diferente. Até para estar sempre presente e eles terem certeza de que ela não os abandonará, ela depende de alguém. Seu discurso é marcado pela contradição: estar ou não presente *versus* ser ou não dependente financeiramente de terceiros. Os pronomes “eu”, a expressão “a gente” e, especialmente a construção: “a mãe deles” marca a necessidade “dela” estabelecer a relação que tem com os filhos que estão na unidade socioeducativa. É ela quem estará presente, é a “mãe deles”. Eles precisam saber que ela não os abandonará, mesmo que isso signifique depender dos outros. A dependência pode ser analisada como um processo de humilhação, mas que ela passará por causa deles, assim como pode significar que, mesmo não os abandonando, poderá não comparecer uma ou outra vez, já que não depende só dela. De qualquer forma, a submissão diante da família, a dependência financeira lhe causa a sensação de impotência, porque não há o que fazer. E a condição de produção dessa imagem, de não “sê melhô”; porque poderia ter feito “coisa melhô” para os seus é a forma que Manuela (A6) constrói para não se constituir como culpada. Até poderia ter feito coisa melhor, caso tivesse condição financeira, mas não tem; fez o que era possível, dentro das condições estabelecidas. É nesse jogo de imagem que ela vai se mostrando, se estabelecendo como resistente ao consenso sobre a culpabilização.

O efeito de sentido estabilizado socialmente é o de que a posição-sujeito mãe deve ser independente, ser autossuficiente, ter condições de cuidar dos seus sem contar com a ajuda de ninguém. É a memória do ditado popular “quem pariu, mantém e balance⁵”. É ela quem tem que os acalantar, estar presente sem precisar de ninguém para isso. São os filhos dela que estão naquela unidade de socioeducação. Contar com a família deveria ser natural, mas o que circula é que não é. E Manuela (A6) propaga essa memória popular, porque sua situação financeira (depende da família) a exime da culpabilização de não ter sido “coisa melhô” para os filhos. A culpa é da situação financeira e por isso seus filhos encontram-se

⁵ Esse ditado popular adquiriu outras formas de expressão como: “Quem pariu Mateus que o balance” ou “Quem pariu Mateus que o embale”. A troca de **mantém** por **Mateus** pode ter sido apenas sonora, não há pesquisas que indiquem quando a palavra foi substituída por outra.

no sistema socioeducativo, se tivesse condição adequada para ser mais e melhor, não só não dependeria de ninguém, como também não teria seus filhos no Cense.

Pêcheux (1999) trabalha com a ideia de que a memória discursiva se manifesta dentro de um campo em que são possíveis a repetição e a regularização do discurso e, dentro desse campo, estabelecem-se os implícitos. É também na constituição dos implícitos que ocorrem os buracos, os desdobramentos, as polêmicas. O sujeito mulher na posição mãe/avó, ao formular seus dizeres atrelados à materialidade da memória sociocultural, deixa marcas da culpabilização da posição-sujeito mulher na presença do adolescente na socioeducação, mas dentro deste vasto campo, elas tropeçam em seus discursos e esses se esburacam.

Observemos a SD (7):

SD (7) MAÍSA-(A7): Depois de uma fase ele (silêncio), depois de uma fase ele começou a trazê pessoas diferenti que, às vezes, **eu** não gostava. Mas, ele não era muito de.. **eu** nun, não fui muito de batê de frente, deixava ele escutá o som dele, deixava ele ficá em casa, ele fumava, depois ele começou a fumar maconha, **eu** permiti que ele fumasse dentro de casa. (...) As vezes eu falo pro (G...): - (G...), às vezes a mãe fica pensando por que você veio pra esse caminho? Porque, **a gente**, como a gente mora na periferia, né, você vê muita coisa assim, é, por exemplo, ele tem um amiguim dele, que já esteve aqui na unidade várias vezes, a mãe é usuária de droga, tem.. é duzentos filho e não cuida de nenhum, é,... a outra é,... talvez **a gente** fala que é prostituta, é,... sai com um, sai com outro, sai com um, sai com outro, tem um mau exemplo em casa ou sei lá, um monte de maus exemplos **e a gente** que tá sempre tão di boa, né,... Ele fala: - MÃE, ISSO NÃO TEM NADA A VÊ!

Maísa (A7) usa as formas “permitir” e “deixar” para expressar sua atitude em relação ao adolescente. Essas formas deslizam para o efeito de sentido de consentimento, permissão para que ele tenha liberdade de fazer o que quer dentro de casa. Mesmo não gostando, ela tenta passar a imagem de um sujeito paciente – “(...) não fui muito de batê de frente”. “eu permiti que ele fumasse maconha em casa”. A noção de liberdade que Maísa procura sustentar deveria ser condicionante para o filho viver sem precisar se rebelar e ter sua liberdade privada. Ela elabora uma série de posicionamentos em que está implícita a imagem de um sujeito na posição mãe que não usa droga, cuida dos filhos, não é prostituta, não é mau exemplo. Para (A7), suas atitudes deveriam ser consideradas virtudes, mas não foram suficientes para que o adolescente não entrasse “nesse caminho”. Toda construção nos orienta ao efeito de sentido da culpabilização do sujeito mãe. No entanto, o que percebemos é que (A7) constrói argumentos sobre a imagem do que está implícito para mostrar como é um sujeito que falha na educação dos seus. E é na construção desse processo que se estabelece o lapso de que fala Pêcheux (2014). Ao elencar suas atitudes

como sendo sempre “di boa”, Maísa deixa marcas da não culpabilização prevalecer. Não aceita a culpa para si e registra a imagem de uma mãe que sempre foi tranquila, liberal com o filho e não tem conduta que a desabone; não é, portanto, culpada.

Para (A7), o sistema socioeducativo é para adolescentes cuja “mãe é **usuária de droga**, (...) é, talvez a gente fala que é **prostituta**, é,... (...), tem um **mau exemplo** em casa ou sei lá, **um monte de maus exemplos**”; não para adolescente que tem uma mãe “que tá sempre tão di boa” como ela. Maísa (A7) mostra-se afetada pelo interdiscurso de que a posição-sujeito mãe pode vir a ser responsabilizada pelo adolescente estar no sistema socioeducativo, desde que tenha essas características, o que não é o seu caso. A socioeducação configura-se, para Maísa (A7), como espaço para pessoas com famílias em estado de delinquência, de prostituição, de mau exemplo; não para seu filho. É a sua forma de resistir ao pré-construído.

Passemos a analisar a SD (8) proferida por Mariah (A8):

SD (8) Mariah (A8): Ah, ele morou uns tempo com ela, depois morou uns tempo com o pai, depois... é assim: pai, mãe, vó (...) só que nunca foi assim um brigueiro, foi tudo mundo assim nós acolhe o (I...), nós conversa. Depois o (I...), como ele está naquela fase de adolescente, né. Ele nunca quer escutá, né. (...) mas ele é bonzinho, a gente vai deixano, (...) Num sei (silêncio) di noiti fico pensano onde foi que **eu** errei (silêncio). Num sei.

Na SD (8), Mariah se mostra identificada com argumentos que circulam na memória social e que aqui funcionam como pré-construído que sustenta sua formulação – a socioeducação é lugar para adolescentes os quais a família vive num “brigueiro”, que não acolhe, não conversa – mas não é o que ocorre na família dela. O implícito configura-se no espaço da falha. Se o que traz um adolescente ao sistema socioeducativo são essas atitudes e na sua casa isso não acontece, então, a família não pode ser culpabilizada, já que tanto o pai, como a avó e ela o apoiam, acolhem, conversam. O que ocorre é que ele (adolescente) não quer escutar (a conversa, o acolhimento, o apoio) e “a gente vai deixano”. O verbo deixar semanticamente também pode ser lido como consentir. Assim, a família vai consentido que ele não a escute, porque “está na fase da adolescência. O que se propaga na construção de Mariah (A8) é que, na fase da adolescência, filhos não escutas a família. Para (A8), a culpabilização está na fase em que (I...) se encontra. Mesmo verbalizando que não sabe o que houve e que o erro é seu - “Num sei (silêncio) di noiti fico pensano onde foi que eu errei (silêncio). Num sei”- não é como ela se considera, porque ele é “bonzinho”. Como é um filho bom, então, não deveria estar no Cense. O jogo de imagem construído por Mariah (A8) sobre a culpabilização é transferido ao Cense, que é lugar de adolescente

cuja família tem atitudes opostas às da sua. Nesse processo de construção de imagem, Maria se mostra um sujeito acolhedor e compreensivo, apto a educar o filho, porque apoia, conversa, entende. Essas análises nos mostram que:

O discurso não é um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe (...) só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestrutura-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 1997, p. 56 – grifo do autor).

Essas SDs apresentaram o discurso como aquele dotado de alternância, ou seja: é na alternância de um batimento a outro que há a entoação, em uma relação com a interdiscursividade, com as redes de memória que possibilitam os sentidos, dada as condições de produção sócio-históricas.

Considerações

Constatamos que há um pré-construído sobre quem são os adolescentes que praticam atos infracionais e a que famílias eles pertencem. O objetivo deste texto é descrever sob quais funcionamentos (inter)discursivos os sujeitos representantes/responsáveis legais produzem imagens de si ao fazer referência ao adolescente e ao sistema socioeducativo, mostrando como a questão da culpabilização se apresenta no funcionamento imaginário de seus discursos

Nessa tarefa, elegemos como fio condutor das análises a formação imaginária estudada por Pêcheux (1997) e mobilizamos também outras categorias da AD para descrever os funcionamentos discursivos em que o sujeito mulher/mãe se significa, mostrando como nas imagens projetadas a partir das relações imaginárias entre o sujeito mulher e seus referentes, a questão da culpabilização se mostra nos equívocos da língua.

Analisamos as imagens que o sujeito na posição de representante legal do adolescente em privação de liberdade faz do principal referente (R1): o adolescente e interliga essa imagem a que ela vai desenhando sobre (R2): a socioeducação.

O sujeito, ao se referir ao adolescente, associa-o ao contexto de produção em que ele está inserido, que é o espaço socioeducativo. Assim, a temática sobre a socioeducação

vai se desenvolvendo imbuída em um processo imaginário de confronto. Para Pêcheux (1997), todo jogo discursivo é movido pelo jogo de imagem que A (locutor) faz de si, de B seu (interlocutor) e de R (o referente do discurso). Tomamos esse modelo pecheutiano para analisarmos nosso corpus e, no momento de movência, de varredura sobre o material, passamos a perceber que essas imagens podem se construir simultaneamente. Assim, no processo de constituição da imagem que (A) faz dos referentes (R1, R2) – **IA**→**R** – aparece de forma concomitante à imagem que ela faz de si.

A imagem que (A) faz de si é determinada por sua inscrição, dentro de um contexto maior, o contexto da socioeducação, e a sua relação com o adolescente – ator de ato infracional – cumprindo medida socioeducativa, pois, como vimos, é nesse contexto que esse sujeito se depara com a imposição da sua culpabilidade pelo adolescente estar privado de liberdade. E, mesmo aceitando que é sua culpa: “SD (8) Mariah (A8) di noiti fico pensano onde foi que **eu** errei”; “SD (4) Mariana (A4): Não sei onde eu perdi meu menino. (choro)”, resiste ao pré-construído e deixa vazar outro efeito de sentido: o da não culpabilização.

(Re) conhecer a imagem que essas mulheres fazem de si é valorizar os sujeitos presentes na construção da efetivação das políticas socioeducativas, já que são sujeitos essenciais para o desenvolvimento do processo. Mas, sobretudo, é mais importante saber que todas essas imagens estão envoltas em um processo de resistência à formulação pré-construída de sua imagem.

Nossa experiência intramuros na unidade de socioeducação de Maringá nos mostrava um sujeito que aceitava e ecoava a proposição de que era culpado pelo adolescente estar cumprindo medida de privação de liberdade. Isso porque, naquele espaço, a mulher-mãe-responsável legal deixava essa posição prevalecer. Mas, no momento da conversa particular, quando esse sujeito se sentiu distraído pelo tom de uma conversa informal, então pudemos ver a posição sujeito mulher/mãe mostrando imagens de si e de sua relação com o trabalho socioeducativo. Não foram imagens fáceis de serem vistas, não foram imagens que se desenharam com simplicidade; ao contrário, elas se deram na contradição entre a repetição e o deslocamento. Foi em meio à escavação daqueles discursos que as imagens foram aparecendo e, assim, a repetição da culpa ainda surgia, mas o sujeito, de forma inconsciente, deixava vazar de forma mais forte sua resistência.

A repetição da culpabilização do sujeito mãe/avó aparece com a regularidade do uso dos pronomes em primeira pessoa do singular; a forma elíptica dos verbos conjugados

na primeira pessoa; o uso da expressão “a gente” que simbolizam a imagem da mulher, na posição-sujeito mãe/avó, o uso dos implícitos que reverberam, sob o funcionamento da memória, os sentidos da submissão, da impotência, da dependência, da fraqueza, do abandono, da culpa. Entretanto, há os buracos, as falhas, os lapsos que constituem interpelam a mulher como sujeito responsável do adolescente. É a linha quase invisível que transcende o efeito de sentido da culpabilização da infração cometida pelos seus. É no estilhaço que podemos observar o efeito de sentido daquilo que está além dela: a fase da adolescência, as drogas, a ausência de tratamento, a violência doméstica, a situação financeira.

A organização linguística trouxe efeitos de sentidos em forma de justificativas para o adolescente estar no sistema socioeducativo, as quais reverberam a não aceitação de que é a família ou a educação dada aos filhos/netos que os levam ao cometimento de ato infracional. É o discurso da recusa, da não aceitação da imagem propagada pela repetição/contradição do discurso “onde foi que eu errei”.

Os diferentes efeitos de sentidos produzidos na construção da imagem que os sujeitos produzem sobre o adolescente reforçam o efeito da crença que a posição-sujeito tem dos seus, porque a rebeldia, a teimosia e a influência de situações externas fazem parte da fase da adolescência, mas a socioeducação (SE) representa a ruptura entre a posição sujeito mulher/mãe e o adolescente, isto porque ela separa, através da reclusão. Não há como aproximar-se daquilo que significa a quebra, que significa o elo desfeito.

O processo da formação imaginária que destacamos em nosso trabalho tese revelamos a importância de dar visibilidade a esse sujeito – que é fundamental para o objetivo da socioeducação, já que ela é interpelada por essa posição. Como peça primordial para o processo de ressocialização do adolescente é preciso compreender o elo existente entre sua constituição e a constituição da vida do filho/neto. É preciso pensar na linha que costura essas histórias de vida com o antes e o depois da experiência socioeducativa. Se, de fato, o objetivo das unidades de socioeducação é auxiliar o adolescente a (re)pensar um novo projeto de vida, é preciso mantê-lo costurado à sua história, para compreender que um novo caminho não apaga o que já fora percorrido. Por isso, enfatizamos a importância de que a presença desse sujeito-elo-histórico não pode passar despercebida. É preciso dar a notoriedade que sua posição exige. É preciso conhecê-la. Um conhecimento que vai se construindo em uma via de duas mãos. Um conhecimento que vai se formando pelas lentes da discursividade.

Referências bibliográficas

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3. In:

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. (1975). **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Papel da memória**. In: Achard, P. {et al.} **Papel da memória**. Tradução e Introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.